

Líderes pedirão a Itamar que nomeie coordenador político

BRASÍLIA — Os líderes dos partidos que apoiam o governo vão sugerir ao presidente Itamar Franco, na próxima semana, a nomeação de um coordenador político com *status* de ministro. A proposta vinha sendo defendida pelo líder do PSDB, deputado José Serra (SP), mas ganhou a simpatia dos demais partidos depois do desastre da votação do projeto do reajuste mensal de salários. Os tucanos têm o apoio do líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), e defendem que o cargo seja entregue a um político do PMDB como forma de sacramentar uma parceria entre os dois partidos. Os governistas pretendem aproveitar a reunião com o presidente para levar-lhe a sugestão.

Na avaliação dos tucanos, a votação surpreendente do reajuste mensal dos salários, na Câmara, foi “um sintoma da falta de coordenação política”. O coordenador ficaria encarregado de costurar, junto aos líderes e aos ministros, as posições do governo e as estratégias para viabilizá-las.

Hargreaves — A idéia dominante é a de que o articulador político ocuparia a Casa Civil, com o ministro Henrique Hargreaves sendo deslocado para uma secretaria particular do presidente. Para o PSDB, com o PMDB ocupando a Casa Civil, estaria selada a parceria entre os dois partidos para sustentar o mandato do presidente e a política econômica do ministro Fernando Henrique Cardoso.

Entre os governistas prevalece a visão de que os líderes na Câmara, Roberto Freire, e no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), não podem executar esta tarefa, que é mais ampla que a atividade congressual, envolvendo também o relacionamento com a sociedade. “O presidente da República e o Ministro da Fazenda estão sobrecarregados”, disse, na quinta-feira, o deputado José Aníbal (PSDB-SP) ao ministro Henrique Hargreaves, ao defender a necessidade de um coordenador político. O tucano saiu com a impressão de que o ministro reagiu com simpatia à idéia. Além de operar o Plano Verdade, outro argumento favorável à nomeação de um coordenador político é a revisão constitucional.